

A PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL E SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: análise da visibilidade ao tema violência

Katherine Lages Contasti*

RESUMO

Nossa comunicação apresenta os primeiros resultados da pesquisa exploratória acerca da produção científica dos docentes de pós-graduação em Direito no Brasil sobre violência, além do mapeamento, atenta especificamente, para a sua relação com as linhas de pesquisa e a identificação da existência de redes sociais enlaçadas pela temática. Situamo-nos desde a história socioeconômica da informação até o momento em que se encontra, apontamos às novas tecnologias comportamentais derivadas dela, afetando profundamente os mecanismos de divulgação científica, salientando a responsabilidade social da informação e focamos a ciência como paradigma dessa percepção. Da Ciência da Informação ao Direito, indicamos na perspectiva teórica e empíricas, similitudes e caminhos de convergência para enfrentar as novas demandas, situando as produções científico-jurídicas como também objeto dessas mudanças. A temática violência foi legitimada pelo grande impacto social. Devido ao tipo de pesquisa e seu objeto, utilizamos o método indiciário na identificação dessa produção inicialmente situada entre os anos de 2003 e 2007. Por fim, destacamos as políticas institucionais e governamentais de divulgação científica, evocando o papel do pesquisador da violência na divulgação dessa informação como chave para o desenvolvimento social e no combate e prevenção da violência, e prolator de cidadania.

Palavras-Chave: Pós-Graduação. Direito. Produção Científica.

1 INTRODUÇÃO: debatendo o tema

Passando pela narrativa histórica econômica como um elemento verossímilante da história do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, notadamente no desenvolvimento econômico como lugar do desenvolvimento científico, compreendemos como surge a sociedade da informação/conhecimento.

A sua natureza exponencial reveste a informação e seus meios de uma importância intelectual e factual que nos obriga a considerá-la sempre que se fala em sociedade atual, emergente, principalmente se quer considerar os novos saberes e a automação deles em relação ao novo sujeito que se forma e do sujeito que faz nascer novos saberes. Castells (2009) afirma o que há de mais moderno hoje na compreensão da informação, é o entendimento de que ela carrega em si a função de transmitir conhecimento, mas aprofunda

*Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Mestranda em Ciência da Informação. E-mail: katherinelcb@hotmail.com

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutora em Ciência da Informação. E-mail: isafreire@globo.com

essa questão quando diz que a característica da atual revolução tecnológica não está centrada unicamente na informação e conhecimento, mas na aplicação desse conhecimento e dessa informação para a geração de conhecimento e de dispositivos de conhecimento/ comunicação da informação cumulativo e auto-sustentável entre inovação e seu uso.

A informação é hoje muito mais do que um dos aspectos influentes da economia, do desenvolvimento social, é um instrumento que tem o poder de definir o grau de inclusão dos indivíduos e sua participação na vida administrativa estatal, na autodeterminação individual e, sobretudo, na construção de sua identidade como cidadão em acesso aos seus direitos. Bessa, Nery e Terzi (2003, p.04) alertam que:

[...] a difusão diferenciada das novas tecnologias, quando não reforça, repete os padrões de exclusão social presentes em sociedades com profundas diferenciações distributivas. Nesse contexto, a questão da “exclusão digital” ou da “infoinclusão” surge como temática privilegiada que enfatiza a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas para universalização ao acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, mas também aos benefícios globais da sociedade do conhecimento.

O campo de aplicações das novas tecnologias nos leva necessariamente a questões como o impacto do desenvolvimento e difusão das Tecnologias da Informação sobre a vida econômica e social, ensejando novas regulamentações, incentivos obviamente, constituem novos saberes. Estar desconectado ou conectado de maneira superficial à internet, nos moldes apontados acima significa estar à margem do sistema global, regional, e a certa medida localmente. Então pensar medidas sociabilizadoras e, portanto, democráticas no que se refere ao acesso ao conhecimento científico, é levar a democracia as últimas conseqüências, ou no dizer de Lévy (2008, p. 185), a tecnodemocracia.

Para tanto, iniciativas do Legislativo como a Lei do Bem promovendo o lançamento de pacote de redução de impostos para computadores com preços até R\$ 4 mil (desktops e notebooks), a tessitura do Livro Verde (TAKAHASHI, 2000), somadas as iniciativas do IBICT com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações -BDTD, aos repositórios institucionais incentivados pela Capes, o espaço virtual vai ganhando espaço e revestindo-se de legitimação, põe em relevo a questão da divulgação científica, a relação ciência-divulgação-educação, dentre outros, como indicadores considerados para formular e implementar políticas públicas de C&T até num plano das questões que envolvem a função social da ciência, é um debate bastante aquecido no contexto da Ciência da Informação no tocante a responsabilidade social da informação.

Desse modo, os cientistas e a própria Ciência da Informação se tornam relevantes para o desenvolvimento da sociedade, já que se propõe a facilitar a comunicação entre usuários de conhecimento e as fontes, viabilizando novos processos, “novas oportunidades para transferência efetiva da informação e do conhecimento podem ser criadas, de modo a apoiar atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade” (FREIRE, 2001, p. 35).

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Identificar a produção sobre o tema violência dos docentes dos Programas de Pós-Graduação em Direito no Brasil.

2.2 Específicos

- Mapear a produção científica sobre o tema violência na perspectiva da justiça penal no Brasil de docentes de Programas de Pós-Graduação em Direito no Brasil;
- Investigar redes sociais existentes entre docentes dos Programas de Pós-Graduação em Direito no Brasil que produzem sobre o tema violência, especialmente a participação em eventos científicos da área;
- Analisar a relação entre as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Direito no Brasil e a produção sobre o tema violência nesses mesmos Programas.

3 METODOLOGIA

3.1 O recorte temático e os descritores

O ponto específico do estudo sobre violência é o fato de estarmos inseridos, independentemente da “origem científica”, seja no Direito, na Ciência da Informação, na Sociologia ou outro campo de pesquisa científica, estamos afligidos por esse grande prejuízo social. Segundo Waiselfisz (2008,p.14)

Na década 1996/2006, o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 38.888 para 46.660, o que representa um incremento de 20%, levemente superior ao crescimento da população, que foi de 16,3% nesse mesmo período. [...] pode-se apreciar que o número de homicídios sofreu um crescimento assustadoramente regular até o ano de 2003, com incrementos elevados, em torno de 4,4% ao ano.

Afora isso, não estão incluídas as situações que não levaram a óbito, nem mesmo em situações especiais como a violência contra a mulher, contra a criança e o idoso que é silenciada, que o Estado sequer sabe que vive/viveu situação de violência. Constatada sua especialidade, tanto no plano discursivo quanto no plano de resultados, ademais elegemos para nossa pesquisa dissertativa por identificarmos um espaço ainda pouco habitado pelo Direito e sem a divulgação necessária. Como o conceito de violência ainda é muito contundente, não abarca apenas o plano fático, mas subjetivo, entendemos seria necessário delimitá-lo, optando pelo violência que atinge alguns dos bens jurídico-penais tutelados, surgindo eixos: violência contra a pessoa, contra bens, contra as liberdades e contra a paz pública, surgindo os seguintes descritores:

- A) Violência contra a pessoa: contra a mulher, violência de gênero, contra o idoso, criança e adolescente, poder familiar, contra a honra, lesão corporal, integridade física;
- B) Violência contra bens: roubo, latrocínio, vandalismo, extorsão;
- C) Violência contra a paz pública: (in)segurança pública, terrorismo, quadrilha ou bando, crimes contra a saúde pública, incolumidade pública, difusão de doença ou praga;
- D) Violência contra as liberdades: violência sexual, seqüestro/cárcere privado, escravidão, aliciamento, liberdade pessoal, ameaça, tráfico de pessoas, violência policial.

3.2 Procedimentos e instrumentos

A pesquisa terá como campo investigativo os Programas de Pós-Graduação em Direito, sejam públicos ou privadas, captados no universo de cursos recomendados da Capes com nota igual ou superior a 4 (quatro). Isso significa numericamente 35 mestrados e 24 doutorados. No quadro abaixo veremos uma única exceção, o programa da UNIFOR onde a nota do mestrado é três, mas não há como desconsiderá-lo já que o mesmo tem doutorado, com o mesmo quadro docente.

PROGRAMA	IES	UF	CONCEITO		
			M	D	F
CIÊNCIA JURÍDICA	UNIVALI	SC	4	4	-
CIÊNCIAS CRIMINAIS	PUC/RS	RS	4	4	-
CIÊNCIAS JURÍDICAS	UEPB	PB	4	-	-
DIREITO	UFBA	BA	4	4	-
DIREITO	UNB	DF	5	5	-
DIREITO	UCB	DF	4	-	-
DIREITO	UNICEUB	DF	4	-	-
DIREITO	UFMG	MG	5	5	-

DIREITO	PUC/MG	MG	5	5	-
DIREITO	UFPA	PA	5	5	-
DIREITO	UFPE	PE	5	5	-
DIREITO	UFPR	PR	6	6	-
DIREITO	PUC/PR	PR	4	4	-
DIREITO	UERJ	RJ	5	5	-
DIREITO	PUC-RIO	RJ	5	5	-
DIREITO	UGF	RJ	4	4	-
DIREITO	UNESA	RJ	5	5	-
DIREITO	FDC	RJ	4	-	-
DIREITO	UFRN	RN	4	-	-
DIREITO	UFRGS	RS	4	4	-
DIREITO	PUC/RS	RS	5	5	-
DIREITO	UNISINOS	RS	5	5	-
DIREITO	UNISC	RS	4	-	-
DIREITO	UFSC	SC	6	6	-
DIREITO	USP	SP	6	6	-
DIREITO	PUC/SP	SP	5	5	-
DIREITO	UNISANTOS	SP	4	-	-
DIREITO	UNIMES	SP	4	4	-
DIREITO	FEESR	SP	4	-	-
DIREITO AMBIENTAL	UEA	AM	4	-	-
DIREITO CONSTITUCIONAL	UNIFOR	CE	3	4	-
DIREITO NEGOCIAL	UEL	PR	4	-	-
DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	UPM	SP	4	4	-
FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO	FADISP	SP	4	-	-
SISTEMA CONSTITUCIONAL DE GARANTIA DE DIREITOS	ITE	SP	5	4	-

Quadro ... – Programas de Pós-Graduação em Direito no Brasil. Capes, 2009.

Será utilizada a técnica da pesquisa documental, buscamos os dados de avaliação da Capes que se divide em Fichas de Avaliação e Cadernos de Indicadores, e dentro das suas subdivisões (12 etapas), destacamos a Produção Bibliográfica que é guardiã de todas as referências do que se produz em termos de Comunicação Científica por ano letivo, havendo variações de acordo com a recomendação, sendo em sua maioria iniciada em 1998 (19 cursos), seguidos dos anos de 1999 com três cursos, 2000 com seis cursos, de 2002 a 2004 com dois cursos recomendados por ano e, finalmente, em 2005 com um único curso. Na nossa pesquisa, consideramos as seguintes categorias da produção científica: Artigos em periódicos nacionais/internacionais impresso; Artigos em periódicos nacionais/internacionais *on line*; Anais impresso; Anais mídia digital/*on line*; Jornais/Revistas; Livro; Capítulo de

livros/coletânea; Organização de livro/coletânea; Livro outro (prefácio, apresentação, tradução, etc), Página institucional; Página pessoal; Outras produções.

Organizamos a tabulação dos dados inicialmente entre docentes, discentes (mestrado e doutorado) e pesquisadores, sendo desconsiderada a participação de egressos na qualidade de docentes e discentes e a figura do avaliador externo. De posse desse repertório, num segundo momento, consideramos apenas a produção dos Docentes, no levantamento dos títulos relacionados com os termos elencados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em andamento e como tal, em relação aos dados ainda incipientes para retratar uma realidade precisa ao tempo em que construímos essa proposta de comunicação, sem as precisões estatísticas afirmamos que há pesquisas no Brasil sobre violência, muito mais em cercados científicos de Antropologia, Sociologia, Psicologia do que na área do Direito. Mas elas existem e saboreiam da participação de outras ciências para desvendar esse fenômeno que não está presente nas ruas e espaços brasileiros, mas adentram e marcam toda a sociedade. Evidentemente que nenhuma ciência se constrói e é legitimada sem que não tenha se apoiado numa outra, mas o fato de partir de uma em definitivo anula a participação e contribuição de outras, temos como maior exemplo a própria Ciência da Informação e toda a sua pluralidade, seu caráter constituinte, a interdisciplinariedade, inclusive cedendo espaço para essa pesquisa, desenvolvida por interesses originalmente jurídicos, protagonizado pela origem acadêmica de sua autora.

O Direito vem lentamente abrindo suas comportas para pensar e repensar-se quanto ciência comprometida com algo além de mediar conflitos e estabelecimento de regras de convivência social, inclusive na perspectiva Estado-indivíduo, a constitucionalização das esferas jurídicas e parajurídicas permite que as liberdades sejam democratizadas e que a informação como expressão dela, atinja as instâncias científicas, permitindo modelos de flexibilização de direitos privados em detrimento do interesse público, a prova disso é a proposta e avanços do livre acesso.

A violência é pauta diária do nosso cotidiano e os múltiplos segmentos científicos vêm se debruçando na busca para decifrar, prevenir e combater esse doloroso fenômeno e no que se refere aos cientistas do direito não é diferente, ampliando e somando as discussões para constituir uma sociedade informacional preparada para se pensar a paz social na perspectiva global e o local.

REFERÊNCIAS

BESSA, Vagner; NERY, Marcelo Batista; TERCI, Daniela Cristina. Sociedade do conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.17, n.3-4, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** : A Era da Informação: economia, sociedade e cultura.vol.1 Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Isa Maria. Conhecimento e responsabilidade social: o olhar do cientista da informação. **Comunicação & Comunidade**. Rio de Janeiro, v. 7, 2001. Disponível em: http://www.facha.edu.br/necc/revista/ed_07/ed_07.pdf . Acesso em 28 de julho de 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 7 reimp.São Paulo: 34, 2008.
TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil** : livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo.**Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**. Brasília: Ritla. Instituto Sangari. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça,2008.